



# Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Reguengos de Monsaraz

Edital 2011/03/15, aprovado por deliberações da Assembleia Municipal  
em 28/02/2011 e da Câmara Municipal em 12/02/2011

## Índice

Preâmbulo .....	4
CAPÍTULO I. Considerações gerais .....	5
Artigo 1.º - <b>Leis habilitantes</b> .....	5
Artigo 2.º - <b>Objeto</b> .....	5
Artigo 3.º - <b>Definições</b> .....	5
Artigo 4.º - <b>Âmbito de aplicação</b> .....	6
CAPÍTULO II. <b>Do registo</b> .....	7
Artigo 5.º - <b>Definição</b> .....	7
Artigo 6.º - <b>Obrigatoriedade de inscrição</b> .....	7
Artigo 7.º - <b>Atualização da inscrição</b> .....	7
CAPÍTULO III. <b>Programas e tipos de apoio</b> .....	8
SECÇÃO I. Disposições gerais .....	8
Artigo 8.º - <b>Programas de apoio</b> .....	8
SECÇÃO II. Programa de apoio ao desenvolvimento associativo .....	8
Artigo 9.º - <b>Programa de apoio ao desenvolvimento associativo</b> .....	8
SECÇÃO III. Programa de apoio a infraestruturas .....	8
Artigo 10.º - <b>Programa de apoio a infraestruturas</b> .....	8
SECÇÃO IV. Programa de apoio a equipamentos e modernização associativa .....	9
Artigo 11.º - <b>Programa de apoio a equipamentos e modernização associativa</b> .....	9
SECÇÃO V. Programa de apoio a atividades de carácter pontual .....	9
Artigo 12.º - <b>Programa de apoio a atividades de carácter pontual</b> .....	9
CAPÍTULO IV. <b>Candidaturas</b> .....	10
Artigo 13.º - <b>Candidaturas</b> .....	10
Artigo 14.º - <b>Entrega de candidaturas</b> .....	10
Artigo 15.º - <b>Fatores de ponderação</b> .....	10
Artigo 16.º - <b>Análise de candidaturas</b> .....	11
CAPÍTULO V. <b>Associações desportivas em especial</b> .....	12
Artigo 17.º - <b>Comparticipações financeiras</b> .....	12
Artigo 18.º - <b>Programas de desenvolvimento desportivo</b> .....	12
Artigo 19.º - <b>Propostas</b> .....	12
Artigo 20.º - <b>Aceitação e rejeição dos programas de desenvolvimento desportivo</b> .....	13
Artigo 21.º - <b>Início da vigência dos contratos-programa</b> .....	13
Artigo 22.º - <b>Conteúdo dos contratos-programa</b> .....	13
CAPÍTULO VI. <b>Publicidade</b> .....	15
Artigo 23.º - <b>Publicidade das ações</b> .....	15
CAPÍTULO VII. <b>Disposições finais</b> .....	16
Artigo 24.º - <b>Apoio financeiro</b> .....	16
Artigo 25.º - <b>Acompanhamento e controlo da execução dos contratos-programa</b> .....	16
Artigo 26.º - <b>Revisão de contratos-programa</b> .....	16
Artigo 27.º - <b>Cessação dos contratos-programa</b> .....	16
Artigo 28.º - <b>Resolução dos contratos-programa</b> .....	17



Artigo 29.º - Regime subsidiário.....	17
Artigo 30.º - Poderes da Câmara.....	17
Artigo 31.º - Dúvidas e omissões.....	17
Artigo 32.º - Entrada em vigor .....	17

## Preâmbulo

O associativismo, nas suas variadas vertentes e expressões, tem contribuído decisivamente para um desenvolvimento harmonioso e integrado do concelho de Reguengos de Monsaraz, bem como para a sua afirmação.

Nos dias de hoje, o mundo associativo vive um período de transição e de adaptação em que muitas coletividades se renovam e organizam e em que nascem associações em áreas de interesse impensáveis no passado.

As associações do nosso concelho assumem-se como verdadeiros polos de desenvolvimento cultural, recreativo, juvenil, social e desportivo. O município, desde sempre, reconhece e valoriza o papel desenvolvido pelos nossos agentes associativos estando sempre a seu lado, quer nos momentos menos bons como nos de glória. Torna-se, por isso, fundamental dar continuidade à cooperação, nomeadamente ao nível de apoios, prestada pela autarquia às associações do concelho, definindo-se regras claras que garantam uma maior eficácia e transparência na sua atribuição. É esse o desiderato que o Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Reguengos de Monsaraz visa atingir, definindo programas de apoio, processos de candidatura e fatores de ponderação, assegurando-se uma efetiva igualdade de oportunidades e de tratamento.

O Projeto de Regulamento foi objeto de apreciação pública por publicação em [Diário da República, 2ª Série, n.º 212, de 2 de Novembro de 2010](#) e por Aviso afixado nos lugares de estilo datado de 25 de Outubro do mesmo ano.

## CAPÍTULO I. Considerações gerais

### Artigo 1.º - **Leis habilitantes**

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo dos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, das alíneas a) e b) do n.º 4 e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

### Artigo 2.º - **Objeto**

O presente Regulamento define os programas, tipos e fatores de ponderação no apoio a prestar às associações de natureza cultural, recreativa, juvenil, desportiva, social e outras de relevante interesse para o município de Reguengos de Monsaraz.

### Artigo 3.º - **Definições**

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, são de considerar:

- a) Associações de natureza cultural - pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos que tenham como escopo o fomento e a prática direta de atividades culturais, seja artes visuais, artes plásticas, artes do espetáculo, ou manifestações de cultura popular, património cultural ou natural, bem como associações de desenvolvimento local, que trabalhem comunitariamente aspetos ligados à cultura e à sociedade onde se inserem (por exemplo ao nível do artesanato, produtos regionais, gastronomia);
- b) Associações de natureza recreativa - pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos que tenham como escopo o fomento e a prática direta de atividades recreativas, seja de ocupação de tempos livres, recreação e convívios vários a nível comunitário;
- c) Associações de natureza juvenil - pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos e que tenham como objeto o fomento de várias atividades de interesse para os jovens, ou outras atividades diversificadas que pretendam desenvolver em prol comunitário e tenham mais de 75 % de associados com idade igual ou inferior a 30 anos, o órgão executivo seja constituído com, pelo menos, 60 % de membros com idade igual ou inferior a 30 anos, sejam dotadas de autonomia e da sua atividade resulte expressamente o seu carácter juvenil;
- d) Associações de natureza desportiva - pessoas coletivas de direito privado constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos que tenham como escopo o fomento e a prática direta de atividades desportivas;
- e) Associações de natureza social - pessoas coletivas de direito privado constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos que desenvolvem atividades de ação social de apoio à família, à infância, à juventude, à população com deficiência, à terceira idade, ou a grupos mais vulneráveis da população, através da prevenção/resolução de situações de carência, disfunção e marginalização;
- f) Outras associações de relevante interesse para o município - pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob forma associativa e sem fins lucrativos, de natureza cultural, recreativo, juvenil, desportivo, social ou outro, que pelas atividades desenvolvidas no concelho de Reguengos de Monsaraz, independentemente de nele terem a sua sede, sejam consideradas de relevante interesse para o concelho por deliberação de Câmara.

#### Artigo 4.º - Âmbito de aplicação

1 - Consideram-se suscetíveis de candidatura aos apoios previstos no presente Regulamento as associações de âmbito concelhio de natureza cultural, recreativa, juvenil, desportiva, social e outras de relevante interesse para o município de Reguengos de Monsaraz, definidas nos termos do artigo anterior.

2 - Para efeitos do presente artigo são consideradas associações de âmbito concelhio as que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Tenham a sua sede social no concelho de Reguengos de Monsaraz;
- b) Resulte dos respetivos estatutos o seu âmbito concelhio;
- c) Desenvolvam, com carácter regular ou pontual, atividades na área geográfica do município de Reguengos de Monsaraz.

## CAPÍTULO II. Do registo

### Artigo 5.º - Definição

A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz criará um registo municipal das associações do concelho, adiante designado por registo municipal, com o objetivo de identificar todas as associações existentes e aquelas que desenvolvem a sua atividade de forma regular e continuada na área geográfica do Município de Reguengos de Monsaraz.

### Artigo 6.º - Obrigatoriedade de inscrição

1 - As associações que pretendam beneficiar de apoios previstos no presente Regulamento de Apoio ao Associativismo terão de estar obrigatoriamente inscritas no registo municipal.

2 - O pedido de inscrição no registo municipal deverá ser apresentado junto da Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Ação Social do município de Reguengos de Monsaraz, formalizado com os seguintes documentos:

- a) Ficha de inscrição de modelo tipo;
- b) Cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva;
- c) Cópia dos estatutos da associação publicados no Diário da República;
- d) Cópia do regulamento interno, quando exista;
- e) Cópia da publicação no Diário da República do estatuto de utilidade pública, caso exista;
- f) Cópia da ata de eleição dos corpos sociais;
- g) Declaração assinada pelo presidente da assembleia geral, onde conste o número total de associados.

### Artigo 7.º - Atualização da inscrição

1 - Caso as associações utilizem instalações municipais ou pretendam candidatar-se aos apoios previstos no presente Regulamento, a sua inscrição deverá ser atualizada até 30 de janeiro de cada ano, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia da ata de aprovação em assembleia geral do plano de atividades e orçamento;
- b) Cópia do plano de atividades e do orçamento;
- c) Cópia do relatório de atividades e relatório e contas do ano anterior.

2 - Sempre que ocorram alterações aos factos titulados pelos documentos referidos no artigo anterior, a associação deverá informar a Câmara Municipal no mês subsequente à sua ocorrência.

## **CAPÍTULO III. Programas e tipos de apoio**

### **SECÇÃO I. Disposições gerais**

#### **Artigo 8.º - Programas de apoio**

Os programas de apoio a prestar pelo município de Reguengos de Monsaraz revestirão as seguintes modalidades:

- a) Programa de apoio ao desenvolvimento associativo;
- b) Programa de apoio a infraestruturas;
- c) Programa de apoio a equipamentos e modernização associativa;
- d) Programa de apoio a atividades e eventos de carácter pontual.

### **SECÇÃO II. Programa de apoio ao desenvolvimento associativo**

#### **Artigo 9.º - Programa de apoio ao desenvolvimento associativo**

1 - O programa de apoio ao desenvolvimento associativo tem como finalidade a atribuição de apoios às atividades desenvolvidas com carácter permanente e continuado a realizar durante o ano para que é atribuído.

2 - No âmbito desta modalidade enquadram-se, nomeadamente, os seguintes tipos de apoio:

- a) Apoio financeiro à manutenção e desenvolvimento das atividades culturais, recreativas, juvenis, desportivas e sociais;
- b) Apoio na divulgação e publicidade das atividades a desenvolver;
- c) Apoio à formação de dirigentes associativos e técnicos;
- d) Cedência de transporte, nos termos do regulamento de transportes em vigor para o Município de Reguengos de Monsaraz, caso exista;
- e) Cedência de instalações, nos termos dos regulamentos em vigor, caso existam;
- f) Apoio para a gestão e manutenção regular de infraestruturas e instalações;
- g) Apoio financeiro à regularização e constituição de associações, nomeadamente para registos, escrituras, alterações e publicações de estatutos no Diário da República.

### **SECÇÃO III. Programa de apoio a infraestruturas**

#### **Artigo 10.º - Programa de apoio a infraestruturas**

1 - O programa de apoio a infraestruturas procura ser um polo dinamizador das associações que pretendam realizar obras de construção, conservação e beneficiação das suas infraestruturas.

2 - No âmbito desta modalidade de apoio enquadram-se, nomeadamente, os seguintes tipos de apoio:

- a) Elaboração do projeto através dos serviços técnicos municipais competentes;
- b) Apoio no custeamento da elaboração de projetos, através de comparticipação financeira;
- c) Apoio financeiro em obras de construção de novas instalações e em obras de conservação e beneficiação de instalações existentes;
- d) Cedência de materiais de construção, de máquinas ou de pessoal para a execução das obras referidas na alínea anterior.

3 - Enquadra-se, ainda, no presente programa de apoio a comparticipação financeira para a aquisição de terrenos e de outras infraestruturas, nomeadamente de edifícios para sedes sociais.

#### **SECÇÃO IV. Programa de apoio a equipamentos e modernização associativa**

##### **Artigo 11.º - Programa de apoio a equipamentos e modernização associativa**

1 - O programa de apoio a equipamentos e modernização associativa visa, fundamentalmente, possibilitar às associações obter apoio para a aquisição de material e equipamento indispensável ao seu funcionamento, bem como à sua modernização.

2 - No âmbito desta modalidade enquadram-se, nomeadamente, os seguintes tipos de apoio:

- a) Apoio na aquisição de equipamento informático, audiovisual ou multimédia;
- b) Apoio na aquisição de viaturas;
- c) Aquisição de outros bens móveis.

#### **SECÇÃO V. Programa de apoio a atividades de carácter pontual**

##### **Artigo 12.º - Programa de apoio a atividades de carácter pontual**

1 - O programa de apoio a atividades de carácter pontual visa o apoio financeiro ou logístico à organização de atividades pontuais, não incluídas pelas associações no seu programa de apoio ao desenvolvimento associativo.

2 - A candidatura ao programa de apoio pontual deve ser devidamente fundamentada e deverá discriminar os objetivos a atingir, as ações a desenvolver, o número de participantes, os meios humanos, materiais e financeiros necessários, assim como a respetiva calendarização e orçamento.

## CAPÍTULO IV. Candidaturas

### Artigo 13.º - Candidaturas

1 - As candidaturas aos diversos programas de apoio previstos no presente Regulamento deverão ser feitas entre 15 de setembro e 15 de dezembro de cada ano, com exceção das candidaturas ao programa de apoio a atividades de carácter pontual, as quais deverão ser efetuadas com a antecedência mínima de um mês sobre a data da sua realização.

2 - As candidaturas ao programa de apoio a atividades de carácter pontual poderão ser efetuadas a título excepcional com antecedência inferior a um mês desde que devidamente fundamentada essa extemporaneidade.

3 - As candidaturas deverão ser formalizadas através do preenchimento de formulários próprios a solicitar junto dos serviços do Município de Reguengos de Monsaraz, acompanhadas da seguinte fundamentação:

a) Descrição e caracterização de cada ação a realizar, indicando:

I. Justificação desportiva, cultural ou social dos eventos a realizar;

II. Quantificação dos resultados esperados;

III. Previsão dos custos, das receitas e das necessidades de financiamento público acompanhados dos respetivos orçamentos discriminados para cada ação;

IV. Calendário e tempo de duração de cada ação.

b) Indicação pela entidade requerente de eventuais pedidos de financiamento formulados ou a formular a outras pessoas, individuais ou coletivas, públicas ou privadas, e qual o montante do subsídio recebido, a receber ou que se preveja receber.

4 - Candidatando-se as associações ao programa de apoio a equipamentos e modernização associativa deverão apresentar os orçamentos dos fornecedores, num mínimo de três, ficando igualmente obrigadas a apresentar posteriormente os documentos comprovativos da realização da despesa subsidiada.

5 - No processo de candidatura ao programa de apoio a infraestruturas, a associação, para além da apresentação de três orçamentos, deverá, ainda, apresentar a respetiva planta de localização e os elementos necessários que permitam a sua apreciação.

6 - A Câmara Municipal poderá sempre solicitar às associações requerentes os elementos que considere necessários para apreciação do pedido de apoio.

### Artigo 14.º - Entrega de candidaturas

As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente ou expedidas, por correio registado com aviso de receção, para a Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Ação Social do Município de Reguengos de Monsaraz, dentro dos prazos previstos no presente Regulamento.

### Artigo 15.º - Fatores de ponderação

Na definição dos subsídios a atribuir às diversas associações, nos diversos programas a que se candidatem, serão tidos em conta os seguintes fatores de ponderação:

1) Fatores de ponderação genéricos:

a) Número de associados com quotização regularizada;

- b) Número de atividades desenvolvidas;
  - c) Frequência das atividades (regular ou pontual);
  - d) Historial associativo (tradição e implantação social);
  - e) Património associativo (títulos conquistados, património construído, gestão de instalações, etc.);
  - f) Análise do último relatório de contas e relatório de atividades aprovados em assembleia geral, assim como orçamento e plano de atividades para o ano seguinte.
- 2) Fatores de ponderação específicos das associações de natureza desportiva:
- a) Número de escalões de formação em cada modalidade;
  - b) Número de modalidades ativas;
  - c) Número de praticantes federados;
  - d) Número de praticantes não federados;
  - e) Nível competitivo (internacional, nacional, regional ou local e número de atletas em seleções regionais ou nacionais);
  - f) Nível dos técnicos formadores.

#### **Artigo 16.º - Análise de candidaturas**

- 1 - Apresentada a candidatura, a Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Ação Social elaborará, no prazo de 10 dias úteis, para a modalidade de apoio pontual, e de 30 dias, para os restantes, uma primeira proposta de decisão, ponderando os fatores referidos no artigo anterior.
- 2 - Com base na proposta de apoio referida no número anterior, o presidente ou o vereador do pelouro elaborará uma proposta de apoio a submeter à Câmara Municipal.
- 3 - Aprovado o apoio, a sua atribuição será formalizada através da assinatura de um contrato-programa.

## CAPÍTULO V. Associações desportivas em especial

### Artigo 17.º - Comparticipações financeiras

1 - As comparticipações financeiras atribuídas no âmbito deste Regulamento a associações desportivas só podem ser concedidas mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, devidamente publicados, tal como previsto no [Decreto-Lei n.º 273/2009](#), de 1 de Outubro.

3 - As comparticipações financeiras só podem ser concedidas às associações mediante a apresentação de programas de desenvolvimento desportivo.

4 - Nos termos da lei, o incumprimento das associações perante a segurança social e o tesouro, impede qualquer comparticipação financeira da Autarquia, devendo as associações fazer prova da sua situação legal.

### Artigo 18.º - Programas de desenvolvimento desportivo

Para efeitos do disposto do n.º 3 do artigo anterior, consideram-se programas de desenvolvimento desportivo, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do [Decreto-Lei n.º 273/2009](#), de 1 de Outubro:

- a) Os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- b) Os planos de ação específica destinados a promover e divulgar a atividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- c) Os projetos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;
- d) As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da atividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

### Artigo 19.º - Propostas

1 - As associações desportivas que pretendam beneficiar de comparticipação financeira deverão fazer a apresentação de programas de apoio ao desenvolvimento desportivo.

2 - Os programas de apoio ao desenvolvimento desportivo deverão conter os seguintes elementos, para além de outros que a proponente queira apresentar:

- a) Descrição e caracterização específica das atividades a realizar;
- b) Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
- c) Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
- d) Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respetivos cronogramas ou escalonamentos;
- e) Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana, oferecido pela associação proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições;
- f) Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;

- g) Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;
- h) Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- i) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à associação proponente, e definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

3 - Quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respetiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessárias à sua apreciação.

4 - Caso esteja prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respetivos direitos e obrigações.

#### **Artigo 20.º - Aceitação e rejeição dos programas de desenvolvimento desportivo**

1 - A aceitação dos programas de desenvolvimento desportivo deve ser comunicada ao respetivo proponente acompanhada de minuta com indicação das cláusulas de interesse público que a entidade competente entenda deverem ser incluídas no contrato.

2 - Quando não for possível a celebração imediata do contrato-programa por razões de natureza orçamental, as propostas aceites considerar-se-ão válidas até ao fim do ano económico, devendo comunicar-se ao respetivo proponente as condições em que o contrato poderá ser celebrado e a ordem temporal de prioridade da sua proposta em relação àquelas que se encontrem em idêntica situação.

3 - Se o contrato-programa, nos casos referidos no n.º 2 do presente artigo, não puder ser celebrado no decurso do mesmo ano económico em que a proposta foi apresentada, terá o respetivo proponente o direito de a renovar, mediante simples declaração, no ano económico seguinte, atualizando as suas cláusulas financeiras em função da taxa oficial de inflação verificada no ano anterior.

4 - Quando o programa de desenvolvimento desportivo for rejeitado e os fundamentos da rejeição não constituam obstáculo definitivo à aceitação do programa de desenvolvimento desportivo proposto, a entidade que a proferiu deve indicar as condições e os termos em que a proposta terá de ser reformulada para poder ser aceite.

#### **Artigo 21.º - Início da vigência dos contratos-programa**

1 - Os contratos-programa entram em vigor na data da sua publicitação sob a forma prevista na lei para a publicitação dos atos das autarquias locais.

2 - Salvo estipulação em contrário, os contratos-programa para a construção ou melhoramento de instalações desportivas produzem os seus efeitos a partir da data em que tenha sido emitido o alvará que titula a autorização de utilização para as atividades desportivas.

#### **Artigo 22.º - Conteúdo dos contratos-programa**

1 - Sem prejuízo de outras estipulações, os contratos-programa devem regular expressamente os seguintes pontos:

- b) Objeto do contrato;
- c) Obrigações e responsabilidades assumidas pela entidade responsável pela execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- d) Entidades eventualmente associadas à gestão do programa, seus poderes e suas responsabilidades;

- e) Prazo de execução do programa;
- f) Custo previsto do programa e definição das responsabilidades de financiamento;
- g) Candidatura à realização de eventos internacionais;
- h) Regimes de comparticipação financeira;
- i) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa e responsabilidade pela sua gestão e manutenção, bem como as garantias de afetação futura dos mesmos bens aos fins do contrato;
- j) Sistema de acompanhamento e controlo da execução do programa;
- k) Condições de revisão do contrato e, sendo caso disso, a respetiva fórmula.

3 - A comparticipação financeira não deve ficar dependente de elementos ou fatores não determinados no próprio contrato, mas, se for estabelecida com base numa percentagem do custo do programa, entende-se que o seu montante é o que resulta da aplicação dessa percentagem à estimativa contratual do mesmo custo.

4 - Quando a comparticipação financeira tiver por objeto apenas a fase de projeto ou de arranque de uma obra ou de um plano de atividade, o contrato deverá definir as obrigações assumidas pela associação beneficiária em relação à promoção das fases subsequentes da mesma obra ou plano, bem como consequências do respetivo incumprimento.

## CAPÍTULO VI. Publicidade

### Artigo 23.º - Publicidade das ações

As ações apoiadas por qualquer dos programas de apoio previstos no presente Regulamento, quando publicitadas ou divulgadas por qualquer outra forma, devem, obrigatoriamente, fazer referência ao apoio dado pela autarquia, através da menção: "Com o apoio do Município de Reguengos de Monsaraz", acompanhada do respetivo brasão ou logótipo.

## CAPÍTULO VII. Disposições finais

### Artigo 24.º - Apoio financeiro

O apoio financeiro atribuído às diversas candidaturas apresentadas fica condicionado à dotação orçamental anualmente inscrita para o efeito no plano de atividades e orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz.

### Artigo 25.º - Acompanhamento e controlo da execução dos contratos-programa

- 1 - Compete à Câmara Municipal fiscalizar a execução dos contratos-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por uma entidade externa.
- 2 - A associação beneficiária deve prestar à Câmara Municipal todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do contrato-programa.
- 3 - A associação beneficiária deve incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa ao estado de execução dos contratos-programa.
- 4 - Concluída a realização do contrato-programa, a associação beneficiária enviará à Câmara Municipal um relatório final sobre a sua execução.

### Artigo 26.º - Revisão de contratos-programa

- 1 - Os contratos-programa podem ser modificados ou revistos nas condições que neles se encontrem estabelecidas e, nos demais casos, por livre acordo das partes.
- 2 - É sempre admitido o direito à revisão do contrato-programa, quando em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para a associação beneficiária do apoio ou manifestamente inadequada à realização do interesse público.
- 4 - A entidade interessada na revisão do contrato-programa envia às demais partes outorgantes uma proposta fundamentada, donde conste a sua pretensão.
- 5 - As entidades a quem seja enviada uma proposta de revisão do contrato-programa devem comunicar a sua resposta no prazo de 30 dias após a receção da mesma.

### Artigo 27.º - Cessação dos contratos-programa

Os contratos-programa celebrados ao abrigo do presente Regulamento cessam a sua vigência:

- a) Quando esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constituiu o seu objeto;
- b) Quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objectiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
- c) Quando o Município de Reguengos de Monsaraz exerça o seu direito de resolver o contrato-programa;
- d) Quando, no prazo estipulado pelo Município de Reguengos de Monsaraz, não forem apresentados os documentos mencionados no n.º 2 do artigo 25.º do [Decreto-Lei n.º 273/2009](#), de 1 de Outubro.

#### **Artigo 28.º - Resolução dos contratos-programa**

1 - O incumprimento culposo do contrato-programa pela associação beneficiária, confere ao Município o direito de o resolver e de reaver todos os apoios concedidos, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.

2 - Nos demais casos, não referido no número anterior, o incumprimento confere ao Município apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

3 - Quando em virtude de incumprimento do contrato-programa por parte da associação beneficiária, fique incompleta a construção de instalações ou equipamentos desportivos, pode a conclusão das obras ser assumida pelo Município, com base na revisão, por mútuo acordo, das condições do contrato-programa, havendo, neste caso, apenas a obrigatoriedade de reposição pela associação beneficiária das quantias pagas na parte correspondente ao incumprimento.

3 - As associações beneficiárias que deixarem culposamente de cumprir um contrato-programa não poderão beneficiar de novas comparticipações financeiras enquanto não repuserem as quantias que sejam devidas nos termos do presente artigo.

4 - Sem prejuízo da responsabilidade das associações beneficiárias de comparticipações financeiras, os membros dos respetivos órgãos de gestão só respondem pessoalmente pelo reembolso das quantias aplicadas a fins diversos dos fixados no contrato-programa quando se prove ter havido da sua parte atuação dolosa ou fraudulenta.

#### **Artigo 29.º - Regime subsidiário**

Às matérias referentes à celebração, ao acompanhamento, controlo da execução, revisão, cessação e incumprimento dos contratos-programa para o desenvolvimento desportivo, em tudo o que não esteja previsto no presente Regulamento, é de aplicar o disposto no [Decreto-Lei n.º 273/2009](#), de 1 de Outubro.

#### **Artigo 30.º - Poderes da Câmara**

Sempre que o julgue conveniente, a Câmara Municipal poderá aprovar, mediante proposta da Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Ação Social, normativos ou critérios que regulem os apoios por sector ou atividade que não contrariem as disposições do presente Regulamento.

#### **Artigo 31.º - Dúvidas e omissões**

As dúvidas e omissões que se suscitarem na interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal.

#### **Artigo 32.º - Entrada em vigor**

O presente Regulamento entrará em vigor 15 dias após a sua publicação nos termos legais.



Município de Reguengos de Monsaraz | Câmara Municipal  
Praça da Liberdade | Apartado 6 | 7201-970 Reguengos de Monsaraz  
Tel. (+351) 266 508 040 | Fax. (+351) 266 508 059  
[geral@cm-reguengos-monsaraz.pt](mailto:geral@cm-reguengos-monsaraz.pt) | [www.cm-reguengos-monsaraz.pt](http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt)